

O itinerário da crítica social de Richard Sennett: as relações entre indivíduo e sociedade em perspectiva

Samuel Correa Duarte¹

RESUMO

O exame crítico da obra de Richard Sennett lança luz sobre várias questões atinentes ao nosso tempo. Quais as condições para a democracia? Como a organização dos espaços nas cidades contemporâneas traz implicações para a sociabilidade? Quais os impactos da flexibilização do trabalho no modo de vida das pessoas? Como a habilidade laboral e as profissões se relacionam com a integração social? Analisando esses itens, neste trabalho se identificará a crescente fragmentação social e a necessidade de recuperar a dimensão pública da existência.

Palavras-chave: Democracia. Indivíduo. Sociedade.

The itinerary of the social critic of Richard Sennett: the relations between individual and society in perspective

ABSTRACT

The critical examination of Richard Sennett's work sheds light on various issues pertaining to our time. What are the conditions for democracy? How does the organization of spaces in contemporary cities have implications for sociability? What are the impacts of making work flexible on people's livelihoods? How do job skills and professions relate to social integration? Analyzing these issues, it will be identified in this paper the growing social fragmentation and the need to recover the public dimension of existence.

Keywords: Democracy. Individual. Society.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a pensar o itinerário da crítica social de Richard Sennett (1943-) com a intenção de identificar as abordagens, descrições e alegações de sua análise, enfatizando as transformações das relações entre indivíduo e sociedade, mediadas pela cultura.

¹ Bacharel em Sociologia pela UFMG; Mestre em Ciência Política pela UFMG; Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC Goiás; Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Docente do quadro efetivo do curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Geografia, UFMA Campus Grajaú - MA. E-mail: samuelcorrea.duarte@gmail.com.

Suas indagações acerca da esfera pública e a atuação do sujeito colocam em questão as possibilidades de uma verdadeira ordem democrática tanto na perspectiva política (as relações de poder) quando social (as condições de existência).

Essa inquietação sobre a ordem pública nos leva à análise da cidade como espaço de vivências. Uma sociedade democrática precisa ir além de uma estrutura de locomoção e atingir a dinâmica de um espaço que promova a convivência e a cidadania ativa. Da Atenas clássica às ruas de Londres, Paris e Nova Iorque, essa dimensão se perdeu pela fugacidade das relações urbanas. Molda-se um sujeito aprisionado em sua intimidade e desconectado de seus pares.

Em um passo posterior, podemos vislumbrar processo semelhante no mundo do trabalho. A crise do caráter a que Sennett alude consiste no descolamento entre a vida pública e a vida privada, acirrada pelas novas formas de organização do trabalho flexível que precarizam as condições de produção, inviabilizam a sociabilidade laboral e a formação política da classe trabalhadora, além de obrigar as novas configurações familiares a se adaptarem à volatilidade do mercado de trabalho. Assim, a cultura do novo capitalismo inclui na sua gênese uma ruptura da relação trabalho / *self* que foi cara à evolução das habilidades laborais. É nessa seara que Sennett irá repercutir o papel da arte na realização dos ofícios – o artífice como arquétipo do sujeito que se aperfeiçoa na sua prática e se integra à sociedade pela sua técnica apurada. Em um mundo em que a polivalência e a superficialidade dão a tônica da atividade laboral, essa dimensão integradora se perde e o trabalhador não se vê mais reconhecido naquilo que faz.

Por fim, diante desse cenário nada alentador, Sennett irá apontar como alternativa a recuperação da dimensão coletiva do pensar, sentir e viver, seja na família, no trabalho ou na cidade. Criar situações de convivência se tornou a demanda chave para recuperar o conteúdo ético da existência que se perdeu com a ascensão do indivíduo possessivo, que domina a sociedade civil pós-revolução burguesa.

Do ponto de vista metodológico, o estudo em tela consiste em revisão bibliográfica. Nesse sentido empreendemos a leitura das obras centrais do autor, publicadas em português e espanhol entre em 1999 e 2013. Também recorreremos a artigos de interpretação e resenhas para melhor compreensão da exposição original. A proposta se enquadra numa tentativa de traçar uma hermenêutica do pensamento de Sennett – entender o autor em sua própria linha de raciocínio –, sem deixar de lado os paralelos de sua análise com elaborações clássicas do campo sociológico, a partir das relações a que o próprio autor alude no decorrer dos diversos textos analisados. A exposição está organizada em seis partes, que chamamos de atos (em alusão à íntima relação de Sennett com as artes), a que se seguem nossas considerações finais.

2 PRIMEIRO ATO: O HOMEM PÚBLICO EM QUEDA

Como ponto de partida, Santos (1993:305-308) destaca três elementos na análise de Sennett sobre o homem público: o esvaziamento da esfera pública e o retraimento do cidadão em relação à vida ativa; a cisão do homem moderno entre ator e espectador, sendo que este último irá dominar a representação social, a personalidade e o comportamento; o narcisismo como substituto moderno da ética protestante, levando a uma introspecção e uma rejeição do outro e do múltiplo. A ideia de republicanismo é o pano de fundo da discussão proposta.

Sennett (1999, p.16-17) irá definir a vida republicana como aquela baseada em vínculos de associação que extrapolam as relações familiares e domésticas. Nesse sentido, a democracia liberal, com sua regra da maioria e a prática eleitoral, tende a esvaziar os espaços deliberativos, levando a uma decadência da vida cívica. A diferença da modernidade reside na noção de privacidade contraposta à esfera pública, contudo essa distinção está em crise. A ênfase na construção da biografia mais do que na produção de uma narrativa coletiva esconde o fato de que a liberdade moderna, centrada no indivíduo, também é uma armadilha que produz ao mesmo tempo o culto de personalidade e a publicização da vida íntima:

As sociedades ocidentais estão mudando a partir de algo semelhante a um estado voltado para o outro para um tipo voltado para a interioridade — com a ressalva de que, em meio à preocupação consigo mesmo, ninguém pode dizer o que há dentro. Como resultado, originou-se uma confusão entre vida pública e vida íntima: as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal. (SENNETT, 1999, p.18).

Esse cenário de conjunção entre o público e o privado, com a prevalência do individualismo, levaria a uma perda da paixão política e também o tratamento das questões públicas como se fossem privadas. Outro problema apontado por Sennett (1999) é que a degeneração da vida pública conduz a uma deformação também da vida privada / íntima, o que ele exemplifica com o “amor físico” na transição do erotismo (de caráter social) para a sexualidade (de caráter íntimo). A família burguesa do século XIX se esforçou por manter a distinção entre a esfera privada e o mundo da vida pública. Na contemporaneidade, as fronteiras se dissiparam.

O narcisismo reinante tem ânsia em tornar pública a vida íntima e de tratar como íntima a vida pública. Sobressaem o individualismo possessivo e a obsessão pela autenticação do *eu*, derivados de uma ética que não é mais puritana porque perde seu senso de coletividade, mas ainda assim continua ligada à cosmovisão protestante pela sua mística da ascese individual, o que leva a

uma corrosão da moral como fator de coesão social. O esvaziamento da esfera pública por sua vez produz uma expansão da visão intimista da realidade que conflita com a lógica republicana:

Assim como no comportamento, também na crença os cidadãos das capitais do século XVIII tentavam definir tanto o que era a vida pública quanto aquilo que ela não era. A linha divisória entre vida privada e vida pública constituía essencialmente um terreno em que as exigências de civilidade – encarnadas pelo comportamento público, cosmopolita – eram confrontadas com as exigências da natureza – encarnadas pela família. (SENNETT, 1999, p. 34).

A ideia subjacente era de que ao homem social caberia um tipo de comportamento praticado em público, diverso daquele expresso pelo homem natural em ambiente privado – paternidade, maternidade e amizade seriam aspectos do *oeconomicus*. A civilidade seria a base da *polis*. Com as revoluções de fins do século XVIII, veio à luz o capitalismo industrial de base nacional e, com ele, uma expansão do aspecto urbano da vida social, bem como uma ressignificação do secularismo e da vida pública. A privatização do espaço, a mistificação da vida pública e a formação da sociedade de massas transformou as condições de produção da civilidade – a vida ativa perdeu força. A família e uma tradição em torno de valores se tornou a referência ética colocando a legitimidade da ordem pública em dúvida.

Na origem da crise da vida pública, podemos encontrar o secularismo no qual o imanente e o momentâneo se tornam a realidade efetiva das coisas. O emprego da razão para esquadrihar a realidade levou ao seu desencantamento e colocou a mística na prateleira dos aspectos irracionais da vida. Não tardaria para que a objetividade da ciência trouxesse sua consequência não intencional mais radical: a desmitificação da própria ciência e a *morte da razão* – a subjetividade se tornaria a marca da modernidade tardia / pós-modernidade.

Sennett (1999, p.40) lança o questionamento acerca dos efeitos de forças derivadas da modernidade como a privatização, o fetichismo e o secularismo na realidade social hodierna. Ele identifica ao menos quatro relações com a personalidade: o desnudar inconsciente da personalidade, a conjugação da vida pública e privada, o retraimento como mecanismo de defesa à superexposição e o silêncio como resultante do anonimato. Para ele,

As obsessões com a individualidade são tentativas para se solucionar os enigmas do século XIX pela negação. A intimidade é uma tentativa de se resolver o problema público negando que o problema público exista. Como acontece com toda negação, isso só serviu para entrincheirar mais firmemente os aspectos mais destrutivos do passado. O século XIX ainda não terminou. (SENNETT, 1999, p.45).

Sennett (1999, p. 317) entende que a pós-modernidade implica um individualismo exacerbado e uma conseqüente perda de significado da esfera pública. Acredita-se erroneamente que a crise moral da sociedade atual deriva da impessoalidade das relações de modelo racional-legal e que, portanto, seria preciso enfatizar a esfera da intimidade, pois esta seria o campo da vida real. Uma das conseqüências mais dramáticas dessa percepção é a passagem de uma ordem política racional-legal para um modelo no qual o carisma delinea as relações de poder – fenômenos como o populismo, que consiste num esvaziamento da cidadania ativa em função de um culto de personalidade, seriam reflexos dessa passagem da vida social para a vida íntima, do campo da política para o da *psiquê*.

[...] quanto mais as pessoas conceberem o domínio político como a oportunidade para se revelarem umas às outras, compartilhando de uma personalidade comum, coletiva, tanto mais serão desviadas do uso de sua fraternidade para transformarem as condições sociais. Manter a comunidade se torna um fim em si mesmo; o expurgo daqueles que realmente não pertencem a ela se torna a atividade da comunidade. Um princípio para se recusar a negociar, para se expurgar continuamente os forasteiros, resulta do desejo supostamente humanitário de apagar a impessoalidade nas relações sociais. E, na mesma medida, esse mito é autodestrutivo. A procura pelos interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum. (SENNETT, 1999, p. 319).

A espetacularização da política e a superexposição da intimidade para fins de construção do culto de personalidade criaram uma base emocional para a política que, se por um lado, permite uma relação afetiva entre liderança e população, por outro afasta o cidadão da esfera participativa.

Arruda (2010, p.127-128) destaca, na abordagem de Sennett sobre o declínio do homem público, o reconhecimento de que o mundo moderno faz sobressair a vida privada em detrimento da vida cívica. As necessidades do modo de produção capitalista e da vida urbana, em termos de manutenção da existência, colocam em xeque a possibilidade de o sujeito comum participar da esfera sociopolítica de forma ativa. Relegado ao mundo da vida privada, o cidadão deixa de ser ativo e assiste, pelos canais midiáticos, aos grandes temas serem debatidos à sua revelia e assim a democracia se torna mera formalidade sem nenhum mecanismo de expressão da vontade popular e formação da razão pública.

Simultaneamente ao desenvolvimento da sociedade industrial, ocorreu um esvaziamento da esfera pública e uma ênfase da dimensão privada da vida. A personalidade como atributo íntimo e contraposto à identidade coletiva passou a ser a tônica. O recolhimento ao invés da participação se torna a reação recorrente frente às intempéries da vida social. Na cidade do capital o *ego* está sempre em contato com o *alter* – a profusão cultural leva ao estranhamento *prima face*, mas esse processo é constitutivo da sociedade democrática e plural, na medida em que essa também visa

estabelecer canais de sociabilidade entre os diferentes; no entanto, proteger a diversidade na intimidade, sem promover a integração das diferenças, torna a primeira tarefa inócua.

A esta dinâmica Sennett irá nomear “tirantias da intimidade”, que remete ao ato de desconsiderar a existência e necessidades do outro – uma espécie de ‘individualismo possessivo recíproco’, que termina por prejudicar as condições para a cooperação e convívio social. Dá-se origem a uma ideologia da intimidade: os males sociais seriam derivados da impessoalidade, da alienação e da frieza – a solução passaria pelo resgate da privacidade / intimidade. Mas é nela que se consubstancia o isolamento do sujeito.

3 SEGUNDO ATO: A *POLIS* MODERNA EM CARNE E PEDRA SE TORNA O ESPAÇO DO *LAISSEZ-FAIRE*

Na análise de Sennett (2003, p.241-242), a cidade pós-revolução francesa aspirava a criar um espaço de liberdade no qual o ir e vir não encontrassem barreiras, mas na prática terminou por gerar espaços urbanos vazios ou de passagem, os *não lugares* de Marc Augé. De outra mão, o Estado moderno percebia a cidade moderna com suas vias largas e espaços amplos como planos propícios à vigilância, o *panóptico* de Foucault. A arquitetura, com sua técnica, almejava abrir espaços para a imensidão; o Estado, com seus aparelhos, intentava ter o espaço ao alcance de sua vista:

[...] na Revolução Francesa, a liberdade produziu resultados realmente inesperados. Mais do que o pesadelo que assombrava Le Bom – uma massa de corpos em movimento, selvagem, numa extensão sem limites – a Revolução mostrou como as multidões se acalmam nos grandes locais abertos para a encenação de seus eventos públicos mais importantes. O espaço da liberdade pacificou o corpo revolucionário. (SENNETT, 2003, p. 244).

O período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foi palco da chamada “revolução urbana”. A expansão do capitalismo se coadunou com a concentração demográfica, exigindo um incremento dos aparelhos de Estado para controle social e prestação de serviços. Nesse sentido, Sennett (2003, p.262) nos aponta um caso atípico: a *city* londrina. Sua expansão não teria sido derivada do fluxo migratório campo-cidade, mas sim pela atração de empreendedores, em geral jovens, em busca de oportunidades na economia de mercado ascendente.

Londres não dispunha de um governo dotado de monopólio da coerção física e com capacidade de exercer tributação até 1888, quando se instala a prefeitura. Até aquele momento eram os proprietários de terras na *city* que exerciam o poder. Do ponto de vista socioeconômico, a marca

da sociedade londrina era a alta concentração de renda em função da propriedade fundiária. Mas por que a brutal desigualdade não desembocou em revolução? Ou: como a ordem pública era mantida? Uma das explicações possíveis era o culto à individualidade promovida pela estrutura e cultura local:

As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado. (SENNETT, 2003, p. 264).

Esse individualismo urbanoide consagrou o silêncio das pessoas como padrão de conduta. Os meios de transporte com suas estações são lugares de passagem, não de conversação. E sem essa dinâmica do agir comunicativo a diversidade cultural sobrevive na formalidade, mas sem substância: eu compartilho o espaço com o outro, mas não o conheço; não convivemos e, portanto, ele não está integrado ao meu mundo como sujeito. É como se o outro fosse parte da paisagem:

No mundo moderno, a crença em um destino comum dividiu-se de forma curiosa. Segundo as ideologias nacionalistas e revolucionárias, o povo tinha um só destino; a cidade, porém, tornou falsas essas afirmações. Ao longo do século XIX, o desenvolvimento urbano valeu-se das tecnologias de locomoção, de saúde pública e de conforto privado, do mercado, do planejamento de ruas, parques e praças, para resistir à demanda das massas e privilegiar os clamores individuais. (SENNETT, 2003, p. 299).

O individualismo moderno tem como escopo uma inatingível autossuficiência: pensa-se o indivíduo autocentrado e autônomo; contudo, a cidade como lugar da vida pública demanda o avesso disso – sem o *civitas*, ela perde sua instância de articulação social e se transforma numa conjunção amorfa de espaços e corpos que não se comunicam. O trabalho e a autodisciplina propalados pelo advento da ética protestante tornavam a vivência da cidade como mero reflexo da reprodução material, condenando o fruir dos espaços urbanos – a criminalização da “vadiagem” como uma extrapolação jurídica de uma moralidade repressora do ócio. Nos espaços de circulação, é proibido permanecer. Deixar ir, deixar passar. O gozo do espaço é censurado.

Sennett irá constatar que a vida as grandes cidades ‘socializa o espaço’, mas promove o individualismo e silencia as práticas corporais com sua ênfase na mobilidade. De acordo com Andrade (1996),

O *espanto* que está em seu ponto de partida – o de que numa “civilização” como a do ocidente contemporâneo, em que o corpo é supervalorizado, sexualizado, sobrecarregado de sentido, a experiência sensorial tende a ser neutralizada, pacificada pela mobilidade e desqualificação do espaço- modula as estratégias de abordagem de Richard Sennett [...]. (ANDRADE, 1996, p.291-292).

Retomando o percurso histórico empreendido por Sennett para compreender o corpo e a cidade, Caxilé (2007:377-379) lembra que, na Atenas clássica, buscava-se a harmonia entre a carne e a pedra, o corpo e a cidade. Esse aspecto físico da democracia ateniense se expressava nas assembleias realizadas na colina de Pnix. Em Roma, a fé se encontrava subsumida no corpo e na concepção urbanística – o sofrimento físico que podia ser o centro do espetáculo no Coliseu pagão, noutro momento se tornaria fonte de expiação na ótica cristã.

Na Veneza medieval, somente o corpo cristão era dotado de dignidade – a exclusão dos judeus resulta dessa ótica. A Idade Média trazia consigo a dualidade de espaços, dominados ora pelo comércio, ora pela religião, conjugando negociação e compaixão na mesma paisagem, no qual o apaziguamento terá papel de destaque como descreve Andrade (*op. cit.*):

A ligação cristã à cidade, expressa pelo princípio da *Imitação de Cristo*, nas instituições de caridade, hospitais, etc., e nos jardins "melancólicos" de mosteiros e igrejas, depende desse apaziguamento com relação à agressividade cotidiana de uma atividade que já coloca o espaço como caminho, circuito indiferenciado de um mercado a outro. (ANDRADE, 1996, p.293).

No século XVIII, a ascensão da ciência moderna no campo da anatomia irá impactar a forma de pensar a cidade com base numa lógica organicista – emerge o planejamento urbano e o espaço passa a ser racionalizado tendo o corpo como representação mental. A tônica da cidade é o modo como sentimos fisicamente o espaço urbano e seus aparelhos. A cidade é escrita, lida, planejada, recriada, expressa e captada nas relações sensoriais que estabelecemos com ela.

O encontro entre carne e pedra, corpo e cidade, é matizado pelo sofrimento físico no espaço – a incompletude, a rigidez, a distância, as intempéries. A experiência corporal aqui precisa ser entendida na prática cotidiana da cidade. Sennett (1996, p. 296-300) compreende que a sociedade moderna tornou o encontro entre corpo e cidade numa experiência amorfa, porque não se consegue estabelecer uma prática comunicativa numa estrutura centrada na ideia de ir e vir, na via de passagem.

4 TERCEIRO ATO: O CARÁTER ENTRA EM CRISE COM A RUPTURA DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO TRABALHO TRADICIONAIS

O tempo é um recurso econômico que pode ser acumulado e transformado em capital, seja na forma de lucro, poupança ou previdência. Mas, para que isso seja viável, é necessário que as regras legais e instituições financeiras tenham um mínimo de estabilidade temporal. Assim a disciplina econômica individual ou coletiva pode prever e prover ganhos futuros dos esforços

presentes. Esse tipo de estrutura acomoda aqueles agentes que buscam segurança. A mobilidade social aqui surge mais como uma relação intergeracional do que uma mudança de *status quo*, visto que se trabalha com a expectativa de ganhos futuros. Assim era o homem da ética protestante, mas o sujeito moderno é nutrido de um imediatismo que cinde com esse sistema. O risco se torna atraente para aqueles que desejam ascender socialmente no curto prazo.

Ao lado do mercado global e das tecnologias da informação, também podemos apontar as novas maneiras de organizar o tempo de trabalho como marcas do novo capitalismo. Produção dispersa e baseada em demandas e contratos de curto prazo. A estabilidade do Estado de Bem-Estar Social entrou em colapso. Com a flexibilização da produção e do trabalho também os sindicatos perderam suas bases – o empregado de carreira se transformou no *free lancer*. Agora as empresas e Estados procuram reduzir sua estrutura burocrática e tornar a resposta ao mercado e à sociedade civil mais ágil. Isso demanda um tipo diferente de trabalhador, capaz de lidar com um cenário de constante instabilidade e incerteza. Do ponto de vista das relações sociais, a consequência mais visível é que o ambiente de trabalho volátil deixa de ser um espaço de sociabilidade e uma zona de conforto para o trabalhador. A cooperação no ambiente de trabalho deixa de ser uma construção intersubjetiva de longo prazo para se tornar em algo efêmero. E isso extrapola para a vida pessoa, como alerta Sennett (2009):

É a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho. Transposto para a área familiar, "Não há longo prazo" significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar. (SENNETT, 2009, p. 25).

Nesse contexto, as relações familiares se desestabilizam e a economia doméstica se inviabiliza. A origem do consumo e poupança, a unidade básica de socialização e produção da afetividade, entra em crise. As virtudes de longo prazo, como a confiança e reciprocidade que a unidade familiar sustenta, perdem força no ambiente de alta volatilidade da nova economia. Diante disso Sennett (*id.*) lança questionamentos:

Esse conflito entre família e trabalho impõe algumas questões sobre a própria experiência adulta. Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. (SENNETT, 2009, p. 27).

Assim como as grandes narrativas que orientavam a vida política ao longo dos últimos séculos pós-Revolução Francesa perderam a capacidade de aglutinar as pessoas em torno de ideais

de transformação social, de igual modo a construção de biografias se tornou um processo caótico e cercado de riscos e inseguranças.

A herança da ética protestante transposta ao ambiente de trabalho tinha como fundamento o uso autodisciplinado do tempo e o prazer postergado. Com a flexibilização do tempo e das atividades laborais, aquele imperativo ético perdeu sua validade, não serve mais para organizar as relações sociais ou guiar a construção de biografias estáveis. A reprogramação contínua do trabalho e da vida se tornou a lógica de operação do sistema. É posta em risco toda a estrutura psicossocial do indivíduo e do seu mundo da vida:

A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho de equipe. Celebra a sensibilidade aos outros; exige "aptidões delicadas", como ser bom ouvinte e cooperativo; acima de tudo, o trabalho em equipe enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias. O trabalho de equipe é a ética de trabalho que serve a uma economia política flexível. Apesar de todo o arquejar psicológico da administração moderna sobre o trabalho de equipe no escritório e na fábrica, é o etos de trabalho que permanece na superfície da experiência. O trabalho de equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante. (SENNETT, 2009, p.118).

Na descrição de Max Weber, o protestante do século XVII entendia o trabalho disciplinado ao mesmo tempo como uma obrigação para com a divindade e também um sinal de boa fortuna em função de uma vida de sacrifícios. A autonegação do prazer e da fruição imediata do produto do trabalho permitiu a acumulação de capital e impulsionou a expansão do sistema capitalista. Com o passar do tempo, a rotina do modo capitalista de vida e a busca pelo lucro se despiu do vestuário místico da religião e se tornou um ascetismo leigo.

O indivíduo por si mesmo deveria responder à incerteza sobre sua salvação espiritual agindo de forma a mais disciplinada e prosaica no mundo da vida. A angústia do “homem caído” do protestantismo era respondida com a submissão ao trabalho e a negação do gozo da vida – em certo sentido, o trabalho era um sinal da graça divina, mas também um flagelo destinado a expiar a condição decaída do homem. O trabalho com o tempo se torna um dever e um direito, uma obrigação e uma bênção. Essa contradição somente poderia ser suportável com o manto do sagrado a prometer uma vida futura completamente livre. Mas a religião sem mística só pode ser ensaiada como farsa:

As formas modernas de trabalho em equipe são em muitos aspectos o oposto da ética do trabalho como a concebia Max Weber. Ética de grupo em oposição à ética do indivíduo, o trabalho em equipe enfatiza mais a responsividade mútua que a confirmação pessoal. O tempo das equipes é mais flexível e voltado para tarefas específicas de curto prazo do que para a soma de décadas caracterizadas pela contenção e a espera. O trabalho em equipe, porém, nos leva ao domínio da superficialidade degradante que assedia o moderno local de trabalho. Na verdade, o trabalho em equipe deixa o reino da tragédia para encenar as relações humanas como uma farsa. (SENNETT, 2009, p. 126-127).

Não há mais lugar no novo capitalismo para a velha figura conformista, seja capitalista ou trabalhador, cujos passos e comportamento eram previsíveis. A instabilidade do novo ambiente de produção traz ainda outra característica: se as relações de poder permanecem, a autoridade está ausente de modo que quem comanda o trabalho não se responsabiliza pelos resultados – cada colaborador se torna o responsável individual pelo que faz. De igual modo, a autoridade do empresário foi substituída pela autoridade de uma estrutura inerte: o mercado. Assim, a cada mudança ou oscilação, o mercado é nominado como responsável pelas decisões tomadas no âmbito da gestão. E desse modo o trabalhador não tem com quem se debater em defesa dos seus direitos, não tem com quem dialogar sobre seu ambiente de trabalho e qualquer outra demanda – o mercado é uma estrutura inerte. Aprisionado em contratos temporários e episódicos, o trabalhador detém baixo capital político para organizar sua luta de classe ou ao menos se instalar na estrutura social com mais estabilidade.

Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia e também os males da rotina sem questionamentos. Pede-se aos trabalhadores que sejam produtivos, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. Desse modo, o mundo atual do trabalho pede uma dedicação tão intensa porque os critérios de sucesso perderam seu contorno de estabilidade e nunca podemos dizer se permaneceremos em ascensão no trabalho.

Segundo a leitura de Cardoso (2005, p.160-162), Sennett aponta três riscos na vulnerabilidade em que se encontra o trabalhador atual: a volatilidade das regras pode conduzir a uma situação de anomia moral; a desconsideração da experiência e da perícia minam as condições de aprendizado profundo das técnicas; a ausência de uma carreira elimina a possibilidade de se criar uma identificação com a atividade laboral.

O fato de se não alcançar a fama ou destaque é quase sempre interpretado como sinal de fracasso e de ausência de habilidade pessoal. Assim, a flexibilidade exigida das pessoas (trabalhadores) rompe com os modelos tradicionais de conduta, podendo mergulhar os indivíduos na perplexidade e na confusão, absolutamente dependentes da indicação de caminhos a serem seguidos.

Na mesma linha, Carvalho (2005) entende que o ponto central da exposição de Sennett acerca das consequências do novo capitalismo e a corrosão do caráter reside na análise do “capitalismo flexível”, o qual promete liberdade individual mas entrega insegurança e novas formas mais veladas e sofisticadas de poder – a agenda de trabalho permanece sob controle do empresariado. Assim podemos descrever as consequências do trabalho flexível:

O “flexitempo”, que se pretende um substituto “moderno” da burocracia rígida e racional – da qual trata Weber, um dos referenciais teóricos de Sennett –, intensifica a dominação e a alienação do trabalhador. Substitui-se, portanto, a rotina padronizada, monótona, por um mosaico de horários, de rotinas individualizadas. Na empresa, cada qual cumpre horários diferentes. Ela, a empresa, está funcionando, muitas vezes, sem parar. O trabalho em casa, supostamente “libertador”, criou mecanismos eficientes para se controlar os ausentes do escritório: os trabalhadores deixam de encarar, face a face, o poder ao qual se submetem, mas estão submetidos às formas eletrônicas. (CARVALHO, 2005, p. 160-161).

Oliveira (1999, p.364-365) percebe em Sennett que a mutabilidade do capitalismo flexível causa ansiedade e angústia às famílias, que antes se sentiam seguras na burocracia de empresas, sindicatos e governos. A incerteza e o risco de um mercado de trabalho altamente volátil impedem a construção de biografias estáveis. Sem uma narrativa linear e coerente, baseada na experiência vital, o sujeito se desagrega socialmente e entra em colapso psicológico. As relações sociais se tornam episódicas e o estado mental fragilizado.

5 QUARTO ATO: A CULTURA DO NOVO CAPITALISMO MOSTRA SUA CARA

Durante algum tempo, acreditou-se que desmontar as instituições iria libertar as pessoas para viverem em base de relações pessoais de confiança e solidariedade. A humanização do comportamento seria a decorrência natural desse processo. Mas ao contrário disso, de acordo com Sennett (2006, p.12), a derrocada da estabilidade institucional, em particular no ambiente de trabalho, não logrou criar maior senso comunitário. A despeito desse processo de desmantelamento do espaço de trabalho e gestão tradicionais, graças à revolução da informação, assistimos ao avanço da produção e da riqueza; mas, sem equacionar o acesso à renda, o resultado foi o acirramento da desigualdade social.

Na percepção de Sennett (2006, p. 14), a pedra angular para se promover a coesão social em contexto de crise institucional reside na cultura. Ao sujeito gerado no seio das crises e da fragmentação social, é demandado rever uma série de conceitos com relação ao tempo (pensar o curto prazo, estar disposto a cambiar de lugar e ocupação sempre que necessário); com relação ao talento (buscar o aperfeiçoamento contínuo e possuir capacidade de exercer múltiplas funções); com relação ao passado (abrir mão de uma biografia linear).

O problema é que a promessa de liberdade propalada pelo novo capitalismo trouxe como efeito colateral um sentimento de deriva em particular no mundo do trabalho. Embora não se possa generalizar as condições da nova economia para todo o mercado que ainda opera sob condições pregressas, sua influência e capacidade de contágio tende a expandir o *modus operandi* para outras áreas. A indústria da alta tecnologia, as finanças globais e as redes de comércio e prestação de

serviço tendem a adotar uma configuração mutável e ditam um fluxo cada vez mais dinâmico de criação e consumo; mas não se obteve mais liberdade das pessoas pela flexibilização das relações de trabalho e expansão do consumo (Sennett, 2006, p.18-20).

A instabilidade do capitalismo já havia sido captada por Marx. O que parece ser a tônica da economia moderna é a aceleração do ciclo de criação / destruição / recriação. Os trabalhadores, como parte mais frágil do sistema, são empurrados de um lado a outro em busca de meios de sobrevivência. Os defensores do sistema argumentam que o homem moderno incorporou a lógica da instabilidade como um modo de vida, o que seria capaz de anular ou mitigar seus efeitos colaterais. Contudo essa perspectiva ignora as consequências psicossociais da dinâmica do capital que oblitera a relação entre trabalho e identidade.

De acordo com Sennett (2006, p.27-28), o que garantiu ao capitalismo sua alta capacidade de adaptação às crises cíclicas foi a militarização da sociedade civil, em fins do século XIX. As corporações derivadas da revolução industrial passaram a empregar métodos similares ao do exército para organizar suas atividades com alta disciplina, ordenamento dos postos de trabalho, redução de falhas de operação e comunicação e expansão da produtividade. A linguagem da administração incorporou o pensamento estratégico, a força tarefa, análise de resultados, dentre outros termos oriundos do meio militar.

Weber foi capaz de vislumbrar a racionalização inscrita no capitalismo. A lógica estratégica militar foi exportada para o mercado e dele de volta para o governo nas funções civis e administrativas. A burocracia estatal garantiu a estabilidade necessária para os mercados flutuarem na volatilidade da lei de demanda e oferta. Escolas, hospitais, empresas, igrejas, etc., passaram a padronizar suas estruturas e ações. Assim as relações sociais foram gradativamente militarizadas de modo insuspeito. A base de todo esse processo de racionalização reside na gestão do tempo, conforme salienta Oliveira (2017):

Sennett ressalta, então, como esse funcionamento burocratizado imprimiu regulações específicas aos indivíduos, na medida em que constituiu uma narrativa centrada na temporalidade do longo prazo, na acumulação e na previsibilidade. Tornou-se possível planejar a vida, definir as etapas de uma carreira, articular um percurso de prestação de serviços a passos de acumulação de riqueza. Com o emprego vitalício – a famosa “jaula de ferro” de Weber –, muitos trabalhadores braçais passaram a ser capazes de planejar a construção de suas casas, por exemplo. A militarização das instituições se respaldava, portanto, em um modo de subjetivação marcado pela renúncia das satisfações em prol de um ganho futuro e na hierarquia piramidal que atribuía a cada um seu lugar. (OLIVEIRA, 2017, p. 120).

Mas o novo capitalismo consegue lidar de forma diversa com o tempo: no lugar da previsibilidade e o planejamento de longo prazo colocou o “*just in time*” e a capacidade de

adaptação em tempo real. Com isso, o emprego permanente e a ideia de carreira entraram em crise. Na explicação de Weber, a carreira, apesar de representar uma “gaiola de ferro”, é um elo importante da relação indivíduo/sociedade porque provê segurança.

A nova economia capitalista traz consigo alterações na arquitetura institucional. A organização empresarial se tornou mais flexível, tomando como referência o trabalho de curto prazo com equipes dinâmicas que podem ser compostas e dispersas conforme a necessidade da produção. A organização flexível ainda dispõe de um núcleo gerencial, mas suas operações são levadas a cabo por equipes intermitentes. Isso levou a um acirramento nos rendimentos do alto escalão gerencial e a base operacional da produção.

No entendimento de Sennett (2006, p. 41-45; p. 62), a virada do novo milênio trouxe três inovações e três *déficits* sociais: do lado das inovações, temos a mudança do poder gerencial para o acionário nas grandes empresas, a busca por lucros cada vez em prazos mais curtos e o desenvolvimento da sociedade em rede; do lado dos *déficits*, temos o baixo nível de lealdade institucional (os empregados estão sempre dispostos a trocar de empresa em busca de melhores condições); redução da confiança informal entre trabalhadores (como as relações são fluidas, não se dispõe de tempo e interação em níveis suficientes para forjar a confiança mútua); empobrecimento do conhecimento institucional (a alta circulação de pessoas não permite o acúmulo de experiência e conhecimento na operação das atividades empresariais). Em conjunto, esses processos significam a ruína do capital social no ambiente de trabalho.

A mudança central pode ser assim descrita: a motriz da ética protestante residia na gratificação postergada em função de objetivos projetados no longo prazo (a chave da poupança para consumo futuro e meio de acumulação primitiva de capital). Essa promessa de satisfação futura permitia acomodar os interesses individuais em instituições estáveis, o que garantia a previsibilidade do sistema; mas o novo capitalismo desacredita da gratificação postergada e da autodisciplina em nome da fluidez consumista. O imediatismo dos mercados teve como efeito colateral o colapso das instituições tradicionais que dependem da previsibilidade econômica para sua sustentação, das empresas às unidades familiares. A fluidez do trabalho mina as condições de planejamento para algumas realizações típicas da modernidade, por exemplo uma gestação, uma construção imobiliária ou uma previdência social.

Segundo Correa (2017, p.54), o ápice do neoliberalismo na década de 1980 levou Sennett a denunciar que o novo capitalismo ‘*duty free*’ e ‘*just in time*’ comprometia as condições de promoção do compromisso, confiança e lealdade, valores de longo prazo. Se havia algo de opressivo nas indústrias tradicionais, com seu modelo militarizado, por outro lado a nova economia com sua fluidez de produtos e pessoas causava insegurança e risco.

Na leitura que Pfeilstetter (2010, p.5) empreende de Sennett, ele identifica três tipos de riscos que afetam os trabalhadores na atualidade: as trocas de posição no contexto laboral sem que signifiquem ascensão; a falta de clareza na hierarquia institucional e no plano de carreira; incerteza sobre os ganhos monetários.

No âmbito do novo capitalismo, Oliveira (2017, p. 212) entende que as instituições tradicionais do mundo do trabalho (hierarquia, carreira, sindicatos, *etc.*) entram em crise, levando a uma mutabilidade constante tanto do espaço de trabalho quanto das pessoas que nele operam funções cada vez mais polivalentes. Isso exige um indivíduo voltado para o tempo presente e disposto a se capacitar continuamente para diferentes tarefas e desapegado de sua trajetória profissional.

A flexibilidade no ambiente de trabalho mudou o caráter da atividade – se nas instituições hierárquicas e burocráticas havia uma linha de comando / obediência bem definida e a preocupação era garantir que a comunicação do alto a baixo da estrutura fosse exata (a ênfase no dever a cumprir), nas instituições flexíveis o trabalhador precisa ser mais proativo e ter capacidade resolutiva diante de problemas (a ênfase na sensibilidade). Desse modo, se o nível de controle sobre os processos reduziu, por outro lado o nível de responsabilização e controle de resultados aumentou.

A contratação da força de trabalho é cada vez mais casual e episódica visando a atender demandas pontuais da matriz produtiva, o que leva a uma intensificação da atividade laboral e a retiradas de direitos trabalhistas. A falta de previsibilidade dos contratos trabalhistas no longo prazo tem como consequências a fragmentação da organização empresarial e a impossibilidade de construção de narrativas que vinculem sujeito e ambiente de trabalho a partir das relações sociais – não há mais vínculo entre carreira e empresa. Além disso, a perícia no trabalho deixa de ser uma prioridade dando lugar à versatilidade – saber desempenhar várias funções se torna mais relevante que possuir maestria numa função específica. Contudo, mesmo nesse cenário de crise, seria possível pensar a recuperação de um princípio integrador no contexto do trabalho: a cooperação teria um potencial relevante para alavancar a sociedade no sentido da prosperidade e também da justiça social. No ambiente laboral, a colaboração depende da afetividade entre os colaboradores e da hierarquia. Franqueza na comunicação e uma estrutura receptiva a soluções para problemas podem dar dinamismo às relações no trabalho.

6 QUINTO ATO: O ARTÍFICE TENTA SE RECONSTRUIR

Ao tratar do “artífice”, Sennett (2009, p. 30-31) traz à tona o aspecto mais artesanal no sentido de *arte de ofício* presente em várias formas de exercício profissional cujo foco é o

aprimoramento da técnica. Nesse sentido, ele busca resgatar o valor da perícia artesanal. Outro aspecto ressaltado é a relação entre o fazer e o pensar e sua separação no modo de trabalho vigente. Técnica e ciência estão imbricadas no mesmo processo de criação e quando são separados a expressão ou resultado da produção fica prejudicada. Isso ocorre porque a aptidão exige prática não mecânica para aguçar a sensibilidade. O saldo obtido pela perícia artesanal consiste na ligação sujeito / prática e a identificação do primeiro com o resultado de seu ofício. Uma vez que o engajamento com a realidade na qual o artesão opera provê significado para sua obra, segue-se que descolar a habilidade técnica da imaginação é parte de um processo de alienação que retira o prazer que o sujeito pode obter do seu agir no mundo,

Sennett (2009, p. 32-34) ao invocar o hino homérico ao deus dos artífices, Hefesto, faz lembrar que o artesão ali era concebido como o demiurgo que traz à realidade o pensado, torna visível o imaginado enquanto criador. As habilidades eram comunicadas entre as gerações e o desenvolvimento do talento tinha mais relação com a observância das regras que estruturam uma determinada prática de ofício. Aristóteles, por sua vez, reduz o artífice a um trabalhador manual, num prenúncio da futura separação entre o pensar e o fazer. Platão associava o fazer com a habilidade. Através do conceito de *aretê*, ele indicou a busca do aperfeiçoamento contínuo das práticas e disso derivou o engajamento com a realidade na qual o artesão opera com o objetivo de prover significado para sua obra – aperfeiçoar o real tendo como referência o ideal.

A partir da discussão sobre Hefesto, Sennett (2009, p. 34-37) irá associar os modernos usuários de programas de computação de código aberto com aquele ideal grego de artesanato como prática coletiva. Nesse sentido, menciona o Linux como uma comunidade de artífices que procuram o constante aperfeiçoamento de suas ferramentas e criações. A impessoalidade das contribuições nesse tipo de sistema, ao mesmo tempo em que torna todos partícipes dos processos criativos, também evita que qualquer um se aproprie do resultado.

De acordo com Sennett (2009, p.38), o sistema capitalista gerou um modo de trabalho baseado na competição, enquanto a democracia trouxe um modo de trabalho fundado no imperativo moral da busca do bem da comunidade. Ambas falham na medida em que não estabelecem uma vinculação criativa e afetiva entre o pensar e o fazer, entre artífice e criação.

Para ilustrar a relevância da relação entre pensar e fazer, Sennett (2009, p.39-41) estabelece comparação entre Rússia, Grã-Bretanha e Japão no que tange ao lidar com as atividades laborais. Nos dois primeiros, verificou-se o baixo índice de motivação dos trabalhadores, a falta de reconhecimento da qualificação e o desestímulo à criatividade e livre iniciativa. No terceiro, a vigência de um imperativo moral do apreço ao trabalho bem realizado em nome do bem comum criava o espaço ideal para a atuação de artífices. A organização do trabalho e a ênfase nos padrões

de qualidade garantiam aos japoneses alta eficiência nas atividades laborais, conjugando a hierarquia com um sistema de comunicação aberto que permitia aos quadros inferiores informar falhas sistêmicas e erros de operação. Se os dois primeiros tendiam à rigidez e estagnação, o terceiro era dinâmico e predisposto ao aperfeiçoamento.

Noutra ilustração, Sennett (2009, p.42) irá abordar como a criação e produção da telefonia móvel nos dá pistas de diferentes modos como a cooperação pode gerar resultados melhores que a competição em ambiente de trabalho – ele descreve o modelo “Motorola” e o modelo “Nokia”. O primeiro é marcado por uma lógica na qual as soluções procuravam pelos problemas, gerando assim a chamada “prateleira tecnológica” à disposição de quem precisasse utilizar alguma ideia / ferramenta. O segundo constituiu uma equipe multiprofissional que conectou o setor de projeto e desenho com os profissionais de vendas para que a técnica (projeto) fosse refinada pela percepção dos usuários (vendas). Com a distribuição dos ganhos, a cooperação é incentivada e o processo criativo se torna aberto.

Sennett (2009, p. 45-47) retoma um tema anteriormente indicado como um ponto de mutação entre a velha e a nova economia: a organização das carreiras, que antes era dotada de certa previsibilidade, entrou em crise pela anomalia das recompensas obtidas entre os diferentes fragmentos da hierarquia; na nova economia, os ganhos derivados do tempo de serviço praticamente desapareceram, bem como a preferência pelo planejamento de curto prazo passou a dar prioridade para trabalhadores mais jovens e dinâmicos. Os trabalhadores da nova economia apresentam baixos níveis de participação eleitoral, organização sindical e engajamento político.

O trabalho do artesão descrito por Sennett (2009, p.50-55) estabelece uma relação entre a repetição e a inspiração, visto que na sua ótica a capacidade de criar depende da repetição e do aguçamento da percepção. O problema é que a máquina introduzida na revolução industrial quebrou esse ciclo. E a revolução da informação da era moderna substituiu o próprio ato de pensar a realidade no processo de trabalho. A título de exemplo, ele menciona a introdução da computação em atividades como a criação de projetos de arquitetura rompeu com a dialógica entre pensar e fazer; mas a simulação não permite uma adequada percepção do ambiente, da posição dos objetos e aparelhos, da irregularidade dos terrenos e imprevisibilidade dos usos.

Diante disso, Sennett (2009, p.64) argumenta que a habilidade artesanal incensada no hino a Hefesto tomava a perícia como qualidade comunal. Para tanto, seria preciso identificar como motivar as pessoas a executar bem seus trabalhos, desenvolver as capacitações e associar precisão e experiência prática. Tratando sobre a oficina ele irá apresentar a seguinte definição:

[...] um esforço produtivo no qual as pessoas lidam diretamente com questões de autoridade. [...] numa oficina, as habilidades do mestre podem valer-lhe o direito de mandar, e a possibilidade de absorver essas habilidades e aprender com elas pode dignificar a obediência do aprendiz ou do jornaleiro. (SENNETT, 2009, p.68).

Na oficina, Sennett (2009, p.69-71; p.77-79) entende que a relação de autoridade se estabelece menos pela formalidade contratual do que pela habilidade prática no exercício da função. A oficina legitima o saber socialmente reconhecido. A autoridade do artífice tem como lastro a cultura cristã e a valorização do “saber fazer”. As guildas terão como atributo básico a formação de uma hierarquia laboral baseada na experiência acumulada e na transmissão intergeracional do conhecimento. As relações de confiança geradas na oficina a transformavam numa espécie de “sagrada família” na qual mestre e aprendiz firmavam um contrato de reciprocidade:

[...] a palavra latina *auctoritas* refere-se a um personagem que inspira medo e assombro e, portanto, submissão: o mestre de uma oficina tinha de inspirar tais sentimentos para manter a ordem em casa. [...] A moralidade cristã foi a principal influência na formação do “homem” existente no artífice cristão urbano. Em suas origens, a doutrina da Igreja geralmente considerava o tempo livre como uma tentação, o lazer, como um convite à indolência (SENNETT, 2009, p.71).

Na interpretação de Sennett (2009, p.82;84), o empreendedor artesanal na Idade Média buscava estabelecer sua assinatura. A originalidade seria o atributo da criatividade que iria perpetuar o nome do artesão, tornar sua obra única.

O conceito de “originalidade” remonta a uma palavra grega, *poiesis*, que era utilizada por Platão e outros para designar “algo onde antes nada havia”. A originalidade é um marcador do tempo; denota o súbito surgimento de alguma coisa onde antes não havia nada, e, pelo fato de algo de repente passar a existir, suscita em nós sentimentos de admiração e espanto. (SENNETT, 2009, p.84).

Ghidetti (2013, p. 457-458) afirma que encontramos na discussão sobre o artífice realizada por Sennett duas teses – a primeira, de que as habilidades se originam nas práticas corporais e a segunda, de que a técnica evolui através do uso da imaginação. A repetição é de suma importância para modular a prática e criar as condições para a maestria – corrigir falhas, incorporar modos – e expandir as formas de expressão.

Na exposição de Costa (2010, p.178), no trabalho artesanal Sennett encontra três pontos essenciais: permite alocar o sujeito no mundo e o vincula a outras pessoas; o artífice procura

plasmar na sua arte uma intencionalidade e uma forma expressiva da realidade; promove o orgulho pessoal pelo trabalho.

A intenção de Sennett consiste em evidenciar como o capitalismo flexível gera efeitos colaterais sobre as relações sociais e o caráter. Ao tratar do artífice, identifica o desenvolvimento da habilidade artesanal como um impulso que permite a realização de um valor econômico (o trabalho) e um valor humano (a vocação).

7 SEXTO ATO: TODOS JUNTOS AGORA

Com a intenção de responder às falhas sistêmicas identificadas na evolução da sociedade burguesa, torna-se necessário recuperar as bases da cooperação. Tendo isso em mente, Sennett (2013, p.16) faz uma crítica ao tribalismo nas sociedades humanas como sendo um fenômeno contraproducente. O fluxo de pessoas e culturas depende da existência de uma sociedade aberta, o que é posto em risco com o tribalismo em sua face radical: a xenofobia. A busca pela homogeneidade ameaça a diversidade cultural, étnica e sexual. Reduzir à força a complexidade social consiste num ato de violência e um erro ontológico, visto que uma improvável unidade cultural desconsidera a inevitável complexidade pessoal – se a *psique* está sujeita à fragmentação, como esperar que o mundo exterior não esteja também?

Ignorar a comunicabilidade entre ego e superego é imaginar uma realidade cindida, no qual *persona* e *civitas* coexistem, mas não interagem, como se fossem mundos à parte, o que significa cair num dualismo insustentável – reproduz-se com nova terminologia o dualismo corpo / alma, transposto para a dicotomia “self / alter”, de modo que estaríamos condenados à incompreensão das diferenças – o outro seria inacessível ao meu entendimento:

El tribalismo, decía, implica el supuesto de que uno sabe cómo son los demás sin conocerlos; al carecer de experiencia directa de los otros, se cae en fantasías marcadas por el miedo. Actualizada, ésta es la idea del estereotipo. (SENNETT, 2013, p. 17).

A este cenário de incompreensão, Sennett irá oferecer uma alternativa

[...] deseo centrarme en una pequeña parcela de lo que podría hacerse acerca de la cooperación destructiva del tipo de nosotros-contra-vosotros, o de la degradación de la cooperación en convivencia. La alternativa deseable es un exigente y difícil tipo de cooperación, que trata de reunir a personas con intereses distintos o incluso en conflicto, que no se caen bien, que son desiguales o que sencillamente no se entienden. El desafío está en responder a los demás respetando-los tal como son. Éste es el desafío de toda gestión de conflictos. (*idem*, p. 19).

Contudo, o mesmo Sennett (*id.*, p. 20) irá expor o outro lado da moeda: que as críticas ao tribalismo tomam o indivíduo nele imerso como incapaz de transcender sua particularidade e atingir a compreensão do cosmopolitismo. Se isso for tomado como verdade, então todo esforço de cooperação entre diferentes deve ser considerado inviável ou inútil, o que não é o caso. Por mais que individualismo e esvaziamento da vida pública sejam faces da mesma moeda, não se pode confundir a condição social com a capacidade cognitiva e ontológica do sujeito. Se a desigualdade social e as diferentes formas de preconceito contra o outro afastam a cooperação, resulta que o tratamento adequado dessas variáveis deve ter potencial para abrir caminho à cooperação.

O mundo do trabalho também é um fator que debilita a cooperação, na medida em que as organizações incorporam os indivíduos no sistema produtivo isolando-os uns dos outros – aqui reside uma nova modalidade de alienação cada vez mais perceptível: além de alienado do produto do seu trabalho, agora o trabalhador também se encontra cada vez mais alienado dos seus partícipes no processo de produção tendo em vista as novas modalidades de trabalho episódico (no eixo temporal) e disperso (no eixo espacial). O trabalho não se desenrola mais integralmente num ambiente definido e no qual se estabelece a convivência entre os trabalhadores:

El trabajo moderno tiende por naturaleza cada vez más al corto plazo, pues los empleos temporales o a tiempo parcial sustituyen a las carreras laborales que se desarrollaban íntegramente en la misma institución. (SENNETT, 2013, p. 21).

O emprego temporário ou precário gera algumas consequências descritas pelo autor, em particular a superficialidade das relações sociais e o descompromisso com a instituição laboral. Dizendo de forma mais clara, a falta de perspectiva de uma relação de longo prazo compromete as condições de cooperação entre os trabalhadores e destes com a empresa. Sendo a cooperação um jogo de trocas e, não tendo perspectiva de continuidade indefinida dessa relação, então o mais racional é suspender minha cooperação quando estiver em vantagem nas trocas. No contexto do individualismo, a reciprocidade deixa de ter um fundamento moral e, sem a perspectiva de ganhos de longo prazo, perde sua razão de ser.

Ademais a sociedade moderna tem produzido uma série de forças culturais que minam as condições de cooperação: o retraimento do sujeito ante a diversidade cultural e a homogeneização cultural como forma de velar as diferenças.

La homogeneización cultural es evidente en la arquitectura moderna, lo mismo que en la vestimenta, la comida rápida, la música popular, los hoteles ... y una interminable lista globalizada. La afirmación «todos somos básicamente iguales» expresa una visión del mundo que busca la neutralidad. El deseo de neutralizar la diferencia, de domesticarla, surge (es lo que trataré de mostrar) de una ansiedad relativa a la diferencia, que se

entremezcla com la cultura económica del consumidor global. Una consecuencia de ello es el debilitamiento del impulso a cooperar con los que siguen siendo irreductiblemente 'otro'. (SENNETT, 2013, p. 22).

O resultado disso é que a sociedade moderna desqualifica as pessoas para a prática cotidiana das atividades laborais e da cooperação. A maquinaria que substitui o trabalho artesanal também expulsa o sujeito de seus espaços tradicionais de interação e vivência no mundo do trabalho. Mas isso significa que as relações sociais desapareceram do ambiente de trabalho? De modo algum.

Sennett (2013, p.212) identifica o que ele chama de “triângulo social” formado pela autoridade conquistada, o respeito mútuo e a cooperação, em tempos de crise, como pilares que podem recuperar a dimensão ética do trabalho e abrir espaço para se discutir a qualidade dos empregos e dos ambientes laborais. Sem a sociabilidade no ambiente de trabalho não se criam redes de confiança, trocas de saberes e experiências, além de se minarem as condições de comunicação informal que contribuem para a resolução de problemas. Entrincheirado em seu posto de trabalho, o sujeito perde sua propensão à lealdade porque se enxerga sozinho e isolado.

Na exposição de Souza (2013, p.187), a receptividade ao outro está relacionada às atividades práticas – a cooperação faz emergir divergências que podem ser tratadas de forma dialógica e convergências que podem ser potencializadas. Assim, a técnica laboral pode ser o esteio no qual conhecimento, habilidades, sentimentos e valores são compartilhados. Há de se advertir, porém, que estabelecer a cooperação entre desiguais é um desafio porque de um lado tende a se tornar numa relação de comando / obediência e, por outro, se enxergam apenas as vantagens utilitárias:

Desvinculado da autoridade, o poder das elites globais segue se afastando da responsabilidade para com os outros habitantes do planeta e suas demandas e sonhos. Tudo isso é um palco mais que propício ao aparecimento de solidariedades destrutivas do nós-contra-eles. Em nossa sociedade, afirma Sennett, o ritual está ausente e sem os rituais seu papel de aliviar e resolver ansiedades foi perdido na sociedade moderna. (SOUZA, 2013, p. 193).

De acordo com Molina (2014, p.286) a questão que Sennett propõe acerca da cooperação consiste em saber como ela pode ter uma finalidade em si mesma, ou seja, como a cooperação pode ser incorporada ao agir humano na condição de um princípio axiológico e uma exigência ética. A resposta reside na recuperação dos vínculos comunitários. Mas há de se ressaltar que a cooperação não é garantia de estabilidade social ou felicidade pessoal, e sim um arranjo social no qual cada sujeito é visto como partícipe e se torna possível promover a cidadania ativa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anunciamos, ao introduzir o presente trabalho, que iríamos tratar da crítica social de Richard Sennett tomando como ponto de referência as relações entre indivíduo e sociedade. Adiantamos que essa relação se encontra mediada pela cultura. Ao passar em revista pela obra do autor, percebemos como ele procura identificar o papel da cultura em diferentes espaços sociais: família, empresas, cidade, governo.

Podemos agora sistematizar a crítica social a partir da noção de ‘indivíduo’. Sua análise se coaduna com a perspectiva que questiona o perfil ético do indivíduo no contexto do capitalismo, uma vez que aquele teria transitado de um viés místico para outro de ordem materialista, o que qualifica o chamado *individualismo possessivo*, de Macpherson. Ao lado da materialidade da posse, temos também sua dimensão existencial – o individualismo faz crer que a pessoa pertence a si mesma, mas para isso opera um fictício descolamento desta com relação à coletividade. Isso leva a um duplo movimento: de um lado o indivíduo se retrai ao silêncio da privacidade como forma de proteção ante as diferenças; de outro, se lança ao culto de personalidade e publicização da vida íntima como formas de autenticação.

A vida na *urbe* também coloca em questão o individualismo, na medida em que as condições de autonomia do indivíduo não se alcançam sem desenvolver a civilidade, sem articular o *um* e seu *múltiplo*. A existência de uma população não implica a criação de uma sociabilidade sem práticas comunicativas. A cidade moderna é pensada para o tráfego e não para o encontro das pessoas, de modo a operar um distanciamento ao invés de aproximar. Nesse sentido, o individualismo se torna a reificação do sujeito supostamente autônomo, mas, na prática, isolado. A expressão “sozinho na multidão” seria uma descrição adequada.

O mundo do trabalho se transformou na mesma direção dispersiva – a flexibilização do trabalho foi além da divisão das atividades fabris ou mesmo a divisão social, levando o parcelamento a uma dimensão espacial: o lugar de trabalho se desagregou e, em muitos casos, o *home office* se tornou a base das atividades. Sem o convívio no ambiente laboral, o isolamento do trabalhador se acentuou, ao mesmo tempo em que a possibilidade de formação de consciência de classe declinou.

A perda da perspectiva de carreira no trabalho colocou o indivíduo em situação de vulnerabilidade – os empregos temporários e a alta mobilidade tornam impraticáveis o planejamento vital e a experiência biográfica fragmenta-se em episódios dispersos no tempo e

espaço com frágeis conexões. Polivalência e mobilidade são exigências do novo capitalismo que aumentam a perda de autonomia do indivíduo que deve estar à disposição de uma nova ideia de carreira incerta e fugaz.

Feitas as digressões acerca do indivíduo, agora vamos sistematizar a crítica social a partir da noção de ‘sociedade’. Ao discutir as transformações do trabalho artesanal, Sennett irá perceber na constituição dos ofícios uma forma de integração com a sociedade. O aprendizado de uma atividade daria ao sujeito seu lugar no mundo e seria obtido por meio de intensivo treinamento para aperfeiçoar a técnica. Esse era o modelo medieval.

Com a ascensão do capitalismo, essa dinâmica entra em crise. E a mutabilidade laboral hodierna acentua a alienação do trabalhador: além de separado do produto de seu trabalho, também se encontra apartado do conhecimento acumulado socialmente sobre uma atividade e também impossibilitado de fazer contribuições significativas, por desconhecer as nuances das múltiplas atividades que desempenha ao longo do tempo. O avanço da sociedade industrial agravou esse problema ao promover uma retirada do cidadão para a dimensão privada da vida. A ênfase na personalidade mais que na identidade coletiva amplia o esquadro da fragmentação social. O retraimento frente às demandas sociais e a apatia política encontram aqui motivo. E as cidades que ascenderam na era do capital estão impregnadas por esse modelo de dispersão do coletivo e incentivo à privacidade.

No espaço da intimidade, as transformações sociais não foram menos dramáticas: a família como experiência vital que aparecia entrelaçada com a própria biografia entrou em crise. A fluidez do mercado de trabalho que exige cada vez mais dedicação (tempo) e mobilidade (espaço) problematizam o modelo tradicional de família – se, por um lado, isso permitiu uma acertada crítica a este modelo, dando espaço para a emergência de novas configurações familiares, por outro lado comprometeu a capacidade da estrutura familiar em prover socialização e integração social, pois a tornou mais efêmera em termos de contato.

Pelo exposto, concluímos que a desagregação dos espaços de sociabilidade como a casa, a rua e o trabalho colocou em xeque as possibilidades de convivência significativa. Qual alternativa Sennett identifica para superar esse impasse? A cooperação teria, na ótica do autor, um potencial para reintegrar indivíduo e sociedade. Para isso, a cultura organizacional deveria ser rearranjada tomando como referência não mais um indivíduo abstrato, mas as relações concretas estabelecidas pelos sujeitos. A dimensão doméstica como espaço coletivo de vivência, o trabalho como ambiente para trocas de experiências e conhecimentos trariam alento para a construção das biografias. A

percepção da cidade como lugar de encontro entre as pessoas poderia orientar estratégias de recuperação da cidadania ativa, fundamental para uma sociedade que se pretende democrática para além das formalidades do campo jurídico. Em suma, a sociedade democrática precisa da articulação entre carne e pedra para ganhar vida.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marta Mega de. Prática do espaço, experiência do corpo: Sennett e a cidade. **An. mus. paul.** v.4, n.1, p.291-308, 1996.
- ARRUDA, Rodolfo. Notas sobre o conceito de indivíduo na teoria social contemporânea: um percurso a partir das obras de Stuart Hall, Norbert Elias, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. **Aurora**, ano IV, n. 6, p. 120-132, jun.2010..
- CARDOSO, Glauco Barbosa. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. **Contemporânea**. N. 05, 2005.2.
- CARVALHO, Raphael Guilherme de; SENNETT, Richard. A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005. **Revista Vernáculo**, N. 17 / 18, 2006.
- CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. O corpo e as pedras em evidência. **Projeto História**, São Paulo, n. 34, p. 377-379, jun. 2007.
- CORRÊA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim. Dinâmicas profissionais contemporâneas: algumas contribuições da sociologia de Richard Sennett. **Fractal, Rev. Psicol.**, Abr 2017, vol.29, no.1, p.54-64.
- GHIDETTI, Filipe Ferreira. SENNETT, Richard. O artífice. **Horizontes Antropológicos** [Online], 40 | 2013. Disponível em: <http://horizontes.revues.org/219>. Acesso em 02 out. 2016.
- GUIMARÃES, Magali Costa. Resenha de "O artífice" de Richard SENNETT. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.. 35, n.. 121, jan.-jun., 2010, p. 176-178.
- MOLINA, Fernando Tula. Juntos: rituales, placeres y política de cooperación. **Sociologias**, Ago 2014, vol.16, no.36, p.278-287.
- OLIVEIRA, Flávia Lana Garcia de. O novo capitalismo e seus efeitos no laço social. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**. Rio de Janeiro, 12(23), 119-122, nov. 2016 a abr. 2017.
- OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. Richard Sennett.– A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CADERNO CRH**, Salvador, n. 30/31, p. 363-367, jan./dez. 1999.
- PFEILSTETTER, Richard. Escribir complejo: Richard Sennett y su estilo literario. **Periferia**. Número 12, junio 2010.
- SANTOS, Andrea Paula dos. SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público – As Tiránias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. **R. História**, São Paulo, p. 305-308, ago.-dez./93 a ago.-dez./94.
- SENNETT, R. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **Juntos: rituales, placeres y política de cooperación.** Trad. Marco Aurelio Galmarini, Barcelona: Anagrama, 2013.

SENNETT, Richard. **O artífice.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, João Paulo Bandeira de. Compreendendo a cooperação dialógica: uma leitura de Juntos de Richard Sennett. **O público e o privado** - Nº 21 - Janeiro/Junho – 2013, p. 185-194.